

PUBLICAÇÃO DIÁRIO-AM-27.03.2023
Upa Campos Sales
CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
MARÇO/2024

UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H - CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)				Patrimônio Social Acumulado Total			
BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)			
Notas		2023		Notas		2023	
2022				2022			
ATIVO CIRCULANTE				Receitas Operacionais			
Caixa e equiv. de caixa	4	1.386.874	11.839	Serviços prestados			
Contas a receber	5	8.240.917	7.915.917	pacientes SUS			
Estoques	6	1.649.568	1.649.132	31.663.668	25.550.733	Recarga Líquida	
Outros créditos		51.911	82.100	31.663.668	25.550.733		
Partes relacionadas	12	268.742	-	Custos			
Contratos de gestão	3m	23.747.751	-	Serviços de terceiros			
Total do Ativo Circulante		35.345.763	9.658.988	(12.632.546)	(12.808.254)	Pessoal e encargos	
Não Circulante				Materiais e medicamentos			
Outros créditos		4.432	-	(4.391.413)	(3.591.438)	Superávit operacional	
Imobilizado - Próprio	7	1.200.281	93.984	4.715.376	1.119.700	Despesas	
Total do Ativo não Circulante		1.204.713	93.984	Pessoal e encargos			
Total do Ativo		36.550.476	9.752.972	(2.481.083)	(2.007.835)	Impostos, taxas e contribuições	
PASSIVO E PATR. SOCIAL CIRCULANTE				Depreciação/amortização			
Fornecedores	8	3.816.963	4.889.305	(15.713)	(2.188)	Despesas gerais e administrativas	
Obrigações trabalhistas	9	2.171.653	1.267.066	(52.794)	(13.117)	Resultado antes do Resultado Financeiro	
Obrigações sociais	10	343.354	204.588	14	(2.095.611)	(1.210.856)	70.175
Obrigações fiscais		164.137	66.861	Financeira Líquidas			
Outras contas a pagar	11	2.915.951	2.557.625	Despesas financeiras			
Partes relacionadas	12	70.000	70.000	(42.074)	(97.928)	Recargas financeiras	
Contratos de gestão	3m	23.747.751	-	112.780	5.133	Resultado antes de Outras Despesas e Receitas	
Total do Passivo Circulante		33.234.809	9.055.445	Doações e subvenções			
Não Circulante				Outras receitas e despesas			
Partes relacionadas	12	3.356.151	2.235.599	7.450	24.287	Superávit / (Déficit) do Exercício	
Total do Passivo não Circ.		3.356.151	2.235.599	148.355	(2.182.804)		
Patrimônio Social				As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
Patrimônio social	3k	(188.839)	644.732				
Superávit (déficit) acumulado		148.355	(2.182.804)				
Total do Patrimônio Social		(40.484)	(1.538.072)				
Total do Passivo e Patr. Social		36.550.476	9.752.972				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
		2023	
		2022	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Exercício		148.355 (2.182.804)	
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização		52.794	13.117
Superávit do Exercício Ajustado		201.149	(2.169.687)
(Aumento) / Redução do Ativo			
Contas a Receber		(325.000)	(6.621.246)
Estoques		(436)	(459.259)
Outros Créditos		25.757	34.246
Aumento / (Redução) do Passivo		(1.072.342)	1.668.735
Fornecedores		904.587	203.993
Obrigações Trabalhistas		143.766	42.074
Obrigações Sociais		97.276	(25.341)
Outras Contas a Pagar		358.326	2.469.803
Ajustes Patrimoniais		-	237.446
Fluxo de cx gerado / (consum.) pelas Ativ. Op.		333.803	(4.619.236)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível		(1.159.091)	(5.864)
Fluxo de Caixa consum. nas Ativ. de Invest.		(1.159.091)	(5.864)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes Relacionadas		2.201.043	4.072.641
Fluxo de Caixa consum. nas Ativ. de Financ.		2.201.043	4.072.641
Aum. / (redução) liq. em cx e equiv. de caixa		1.375.035	(552.459)
Movimentação de Caixa e equiv. de Caixa			
No início do exercício		11.839	564.298
No fim do exercício		1.386.874	11.839
Aum. / (redução) liq. em caixa e equiv. de cx		1.375.035	(552.459)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
1. CONTEXTO OPERACIONAL A. Objetivos Sociais		
A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM, b. Contrato de Gestão Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/09/2024 conforme 12º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:		
Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/70
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/69
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/67
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 18 de Março de 2024. c. Base de Mensuração As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.		
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:		
	Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%	
Benefitorias	10%	
Máquina e Equipamentos	10%	
Móveis e Utensílios	10%	
Eq. Informática	20%	
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao		

Continua...

Continuação... não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

	31/12/2022	reapresentado	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11.839	11.839	
Contas a receber	7.915.917	7.915.917	
Estoques	1.649.132	1.649.132	
Outros créditos	82.100	82.100	
Partes relacionadas	-	-	
Contratos de gestão	23.747.751	-	
Total do Ativo Circulante	33.406.739	9.658.988	
Não Circulante			
Outros créditos	-	-	
Imobilizado – Próprio	93.984	93.984	
Total do Ativo não Circulante	93.984	93.984	
Total do Ativo	33.500.723	9.752.972	

	31/12/2022	reapresentado	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	4.889.305	4.889.305	
Obrigações trabalhistas	1.267.066	1.267.066	
Obrigações sociais	204.588	204.588	
Obrigações fiscais	66.861	66.861	
Outras contas a pagar	2.557.625	2.557.625	
Partes relacionadas	70.000	70.000	
Contratos de gestão	23.747.751	-	
Total do Passivo Circulante	32.803.196	9.055.445	
Não Circulante			
Partes relacionadas	2.235.599	2.235.599	
Total do Passivo não Circulante	2.235.599	2.235.599	
Total do Passivo e Patr. Social	33.500.723	9.752.972	
Patrimônio Social			
Patrimônio social	644.732	644.732	
Superávit (déficit) acumulado	(2.182.804)	(2.182.804)	
Total do Patrimônio Social	(1.538.072)	(1.538.072)	
Total do Passivo e Patr. Social	33.500.723	9.752.972	

	2023	2022
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa em espécie	1.862	490
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.385.012	11.349
Total	1.386.874	11.839

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Inform.	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	4.729	-	-	78.376	18.132	-	101.237
Aquisições	-	-	5.864	-	-	-	5.864
Depreciação	(569)	-	(785)	(9.578)	(2.185)	-	(13.117)
Saldo contábil líquido	4.160	-	5.079	68.798	15.947	-	93.984
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	4.160	-	5.079	68.798	15.947	-	93.984
Aquisições	-	-	-	22.542	44.284	1.092.265	1.159.091
Transferências	-	1.092.265	-	-	-	(1.092.265)	-
Depreciação	(569)	(36.057)	(1.173)	(10.697)	(4.298)	-	(52.794)
Saldo contábil líquido	3.591	1.056.208	3.906	80.643	55.933	-	1.200.281

	2023	2022
8. FORNECEDORES		
Materiais e medicamentos	280.049	781.037
Serviços	584.251	608.748
Serviços médicos	2.857.593	3.189.465
Diversos	95.070	310.055
Total	3.816.963	4.889.305

	2023	2022
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
Ordenados e salários a pagar	379.710	471.868
Provisão férias	776.322	736.354
Provisões FGTS s/ férias	61.910	58.844
Outras provisões	953.711	-
Total	2.171.653	1.267.066

	2023	2022
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
INSS a recolher	110.283	53.803
FGTS a recolher	109.555	77.559
IRRF s/ folha a recolher	109.209	56.076
Contr. sindical	48	48
Outros a pagar	19.259	17.102
Total	348.354	204.588

	2023	2022
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Empréstimo consignado à funcionários	28.535	30.025
Verba piso salarial da enfermagem (i)	84.175	-
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	2.803.241	2.527.600
Total	2.915.951	2.557.625

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Os recursos obtidos para gestão da UPA são administrados pela mesma gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por força do mesmo contrato de gestão, portanto são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/09/2024 conforme 12º Termo Aditivo.

	2023	2022
Contrato de gestão 001/2019	8.240.917	7.915.917
Total Circulante	8.240.917	7.915.917
Aging List	2023	2022
De 06 a 15 dias	2.638.639	2.638.639
De 16 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	2.638.639	2.638.639
De 61 a 90 dias	325.000	2.638.639
De 91 a 180 dias	2.638.639	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	-	-
Total	8.240.917	7.915.917

6. ESTOQUES

	2023	2022
Drogas e medicamentos	321.457	422.068
Materiais de uso do paciente	189.286	241.511
Fios cirúrgicos	10.265	14.800
Limpeza e higienização	53.425	102.922
Materiais de laboratório	129.324	166.597
Demais materiais	181.392	229.898
Total	885.149	1.027.796
Estoques cedidos pela SES/AM (i)	764.419	621.336
Total	1.649.568	1.649.132

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2023	2022
Trabalhista	-	110.000
Total	-	110.000

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(839.723)	(381.000)
Energia elétrica	(346.463)	(283.045)
Aluguel de máquinas	(780.814)	(458.025)
Manutenção e conservação	(29.813)	(17.201)
Água e esgoto	(3.381)	(2.925)
Outros	(95.417)	(68.660)
Total	(2.095.611)	(1.210.856)

15. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.009.839	1.925.111
INSS	2.009.839	1.925.111

	2023	2022
COFINS	949.910	766.522
COFINS	949.910	766.522
Total	2.959.749	2.691.633

16. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis a Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplic. financ. de liquidez imediata	1.385.012	11.349
Contas a receber	8.240.917	7.915.917
Total ativos financeiros	9.625.929	7.927.266
Fornecedores	3.816.963	4.889.305
Total passivos financeiros	3.816.963	4.889.305

18. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros i. **Riscos de Liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. **Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. Manaus - AM, 18 de Março de 2024.

Anderson Barros de Albuquerque
Diretor Executivo - CPF: 970.490.342-15
Joseph M. Feitosa Gomes - Contador
CRC - AM 013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Unidade de Pronto Atendimento - Campos Sales Manaus - AM **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH

/ Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas

de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionados...

Continuação...

namentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. ii) Chamamos a atenção sobre o fato de, em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentar patrimônio líquido negativo na ordem de R\$ 40.484. A Administração considera que não há existência de incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da Unidade, uma vez que as atividades e recursos do contrato de gestão 001/2019/SES/AM são consolidados entre UPA e Hospital. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração,

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovani - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 172225

Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHCFM**PORTARIA Nº 02/2024/DP-FHCFM**

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO FRANCISCA MENDES, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a Lei nº 4.230 de 17 de março de 1964, vem dar publicidade aos Anexos 12- Balanço Orçamentário, Anexo 13- Balanço Financeiro, Anexo 14- Balanço Patrimonial, Anexo 15- Demonstração das Variações Patrimoniais. **CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO FRANCISCA MENDES-FHCFM**, em Manaus, 26 de março de 2024.

ROBERTA CAROLINA BARBOSA DO NASCIMENTO

Diretora-Presidente da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes
Ordenadora de Despesas da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO 12 - Balanço Orçamentário

Unidade Gestora: 017307-FUNDACAO HOSPITAL DO CORAÇÃO "FRANCISCA MENDES"
Gestão: 00003 - FUNDACAO
Mês de Referência: 12 - Dezembro de 2023

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA
EXERCÍCIO 2023

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d=c-b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
<i>Transferências de Capital</i>	<i>5.000,00</i>	<i>5.000,00</i>	<i>0,00</i>	<i>(5.000,00)</i>
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
DÉFICIT (VI)	0,00	1.169.206,24	1.226.503,57	-
TOTAL (VII)=(V+VI)	5.000,00	1.174.206,24	1.226.503,57	(5.000,00)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	0,00	57.297,33	57.297,33	-
Superávit Financeiro	0,00	57.297,33	57.297,33	-
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	-

Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO